

Muito além da transparência

Ao oficializar, nesta semana, a implantação do Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (Cadicon), que reúne informações sobre cerca de 10 mil gestores públicos que tiveram contas consideradas irregulares pelos tribunais de contas de seus respectivos estados, o Tribunal de Contas da União (TCU) oferece à sociedade brasileira mais um importante instrumento de combate à corrupção. O sistema, que permitirá a consulta de dados referentes às contas irregulares e condenações que foram encaminhadas à Justiça Eleitoral, representa uma iniciativa relevante para a promoção da transparência dos gastos públicos e o fortalecimento do controle pelas comunidades envolvidas. Disponibilizado na internet, o sistema permitirá a pesquisa de dados sobre os gestores condenados por improbidade administrativa e empresas inabilitadas para ter contratos com a administração pública.

A iniciativa do TCU, por certo, contribuirá ainda mais para ampliar a abrangência dos conceitos que guiam a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor desde 2000, porém exigirá maior rigor e agilidade nos trâmites processuais que visam penalizar ou absolver de culpa os envolvidos. Sem dúvida, a restrição da participação de candidatos com maus precedentes ajuda a depurar e aperfeiçoar o sistema eleitoral brasileiro, mas não é suficiente para evitar as

"A prática democrática que se almeja não exige apenas o aceite de candidaturas sem antecedentes desabonadores"

distorções produzidas pela legislação vigente. A prática democrática que se almeja não exige apenas o aceite de candidaturas sem antecedentes desabonadores. A fidelidade aos ideários partidários, o cumprimento de diretrizes programáticas e, sobretudo, a legitimidade assegurada por critérios justos e equânimes de representatividade estão entre os principais preceitos que decorrem da sustentação à democracia. Assim, evitar-se-á a perpetuação dos donos de legendas, o surgimento de pleiteantes jocosos e candidatos oportunistas sem comprometimento com a defesa dos interesses da coletividade que irão representar.

Mais uma vez, sem dúvida, a eleição para os cargos a serem preenchidos nas casas legislativas evidencia a necessidade de realização de uma ampla reforma política, que possa reunir as experiências extraídas de pleitos passados e, principalmente, estabeleça novos critérios para o aceite de candidaturas e de representação partidária. Da mesma forma, também torna-se imprescindível a remodelação do sistema de votação, com a possibilidade de introdução do voto distrital, o que reduziria sobremaneira os custos das campanhas e permitiria um maior contato dos eleitores e seus representantes a serem escolhidos. Além da busca por uma maior transparência, o processo eleitoral carece de melhor qualificação, sem o que dificilmente conseguirá produzir os benefícios preconizados.

CAMPO NEUTRO

Duas visitas do IBGE

MÁRCIO CALAFIORI

Já recebi a visita do IBGE. Aliás, duas. Na primeira, a recenseadora veio acompanhada de um supervisor. Ela sacou um minicomputador e começou a me interrogar. Uma das perguntas: "A sua residência tem água?". Respondi: "Tem". Outra: "O seu edifício tem rede de esgoto?". "Sim", eu disse. Mais uma: "A residência tem energia elétrica e coleta de lixo?". "Tem", foi a resposta. Quantas pessoas moram na casa?". "o domicílio é próprio?"; "alguém da família morreu até 31 de julho ou viajou para o exterior no mesmo período?"; "qual a cor da sua pele?"; "mês e ano de nascimento?"; "quanto o senhor ganha?"; "sabe ler e escrever?". Estas foram mais ou menos as demais questões, não necessariamente nessa ordem.

Quando o casal de recenseadores foi embora, me pus a pensar: "Será que com o formato de questionário a que fui submetido o IBGE vai efetivamente con-

seguir traçar o perfil real do brasileiro?". A inquietação se justifica, pois moro num condomínio, em um bairro considerado de classe média, assistido por bancos, hospitais e linhas de ônibus; feiras, lojas, padarias e supermercados. Por exemplo: perguntar se na minha casa tem água e luz é um disparate. Se eu vivesse num assentamento, área invadida ou em alguma cidade do Nordeste ou do Norte a questão se justificaria. Nestas regiões, segundo leio e escuto, boa parte da população é pouco atendida pelo tratamento de água e esgoto e por outros quesitos formulados na pesquisa que foi aplicada no condomínio onde moro.

Ainda em relação ao censo, considerei suspeito e invasivo ter de declarar quanto ganho. Já respondi dezenas de questionários e esses sempre disponibilizam faixas de renda a fim de que eu indique em qual me encaixo. Para quem se submete a esse

tipo de investigação é o sistema mais seguro de resposta. Por que diabos então precisarei declarar quanto ganho? Tenho renda variável, mas isso não foi cogitado pelo IBGE. A pergunta me fez lembrar a mensagem cretina que acompanhava os holerites numa empresa em que trabalhei: "Quanto você ganha é assunto confidencial. Diz respeito só a você". Outra coisa: vulnerável ao politicamente correto e às questões que têm permeado os discursos raciais no Brasil, me senti embaraçado ao ter de definir a cor da minha pele. Socorri-me mentalmente do certificado de dispensa de incorporação que registra: "Cútis: branca".

Quando os recenseadores bateram à minha porta, de manhã cedo, a sala estava repleta de jornais e revistas, espalhados em cima das cadeiras e do sofá. Amontoei num canto o material impresso para que o casal pudesse se acomodar. Portanto, lamentei quando a moça pergun-



Tempo

Sábado (28) com sol e algumas nuvens. Não chove. Temperaturas entre 16° e 26°C.

Domingo (29) com sol e algumas nuvens. Ar seco permanece. Não chove. Temperaturas entre 18° a 32°C.

Fonte: climatempo.com.br

TÁ FALADO

"Vocês não sabem quantos discursos fiz contra

Belo Monte sem nem saber o que era".

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, justificando sua mudança de posição durante assinatura do contrato de concessão da Usina de Belo Monte, que será construída no Rio Xingu, no Pará.

"A criminalização de condutas, na imensa maioria das vezes, não resolve o problema, só aumenta a criminalidade".

Tamara Melo, advogada da organização não governamental Justiça Global, sobre as políticas públicas que vem sendo adotadas pelos governos na administração do caótico sistema prisional brasileiro.



Indicadores

Poupança Ago/Set
28 - 0,6313
01 - 0,5914
02 - 0,6173
03 - 0,6227
04 - 0,6186
05 - 0,5925
06 - 0,5650

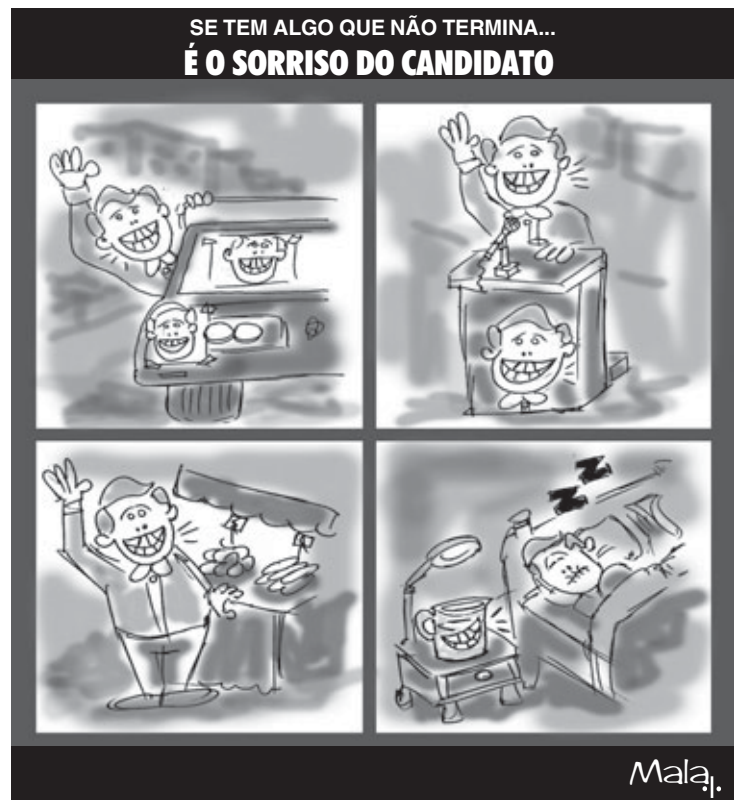
Inflação (IGP-M)
Julho: 0,15%
12 meses: 5,79%

Câmbio (R\$)
Dólar Paralelo: 278
Compra: 1,75
Venda: 1,85

Salário Mínimo
R\$ 510,00 (BR)
R\$ 560,00 (SP)

Imposto de Renda na Fonte		
Base (R\$)	Alíquota (%)	Deduzir (R\$)
Até 1.499,15	Isento	-
De 1.499,16 a 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 a 2.995,70	15	280,94
De 2.995,71 a 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

INSS - Mês de Competência: Agosto	
Salário base (R\$)	Alíquota
Até 1.040,22	8%
De 1.040,23 a 1.733,70	9%
De 1.733,71 até 3.467,40	11%
*Empregador	12%



FALA DO LEITOR

Compra de votos

As eleições no Brasil sempre tiveram candidatos que usaram e abusaram de mecanismos condenáveis. Um exemplo é o chamado "coronelismo", uma denominação usada para identificar certos chefes regionais, que controlavam o eleitorado na base de pressão e ameaças. Ou também "comprando" os votos ao oferecer benesses e vantagens as mais diversas. Eram métodos que fixavam poderes locais e regionais por longos e longos anos. E que sempre foram motivos de muitos questionamentos de segmentos sociais que lutavam pela lisura nos procedimentos políticos. E que ao longo dos anos foram criando mecanismos dos mais diversos, que embora ainda não tenham conseguido eliminar de vez o problema, já apontam para algumas formas de permitir que o eleitorado possa assumir também o seu papel. Podem ser citados alguns exemplos, como a determinação constitucional que permite a coleta de determinado número de assinaturas de modo a ser levada ao Congresso a votação da chamada Lei de Iniciativa Popular. Que já permitiu por sua vez que fossem criadas duas leis. Uma delas, a 9840, aprovada em 1999, que permite a instalação de Comitês de modo a fiscalizar as campanhas eleitorais, dando ao eleitor as informações sobre o controle do trabalho de cada candidato. E colabora com o Ministério Público de modo a vetar a candidatura de pessoas que agem irregularmente comprando votos ou usando de artifícios que enganam o eleitor. Aqui na região e mais especificamente em Santos, nas últimas eleições o Comitê foi instalado com a participação do Fórum da Cidadania, da seccional da OAB, da Associação de Pais e Amigos da Escola Pública-Apaep, da Diocese e do Movimento Voto Consciente. É um Comitê de caráter suprapartidário e que tem repercussão muito positiva. Este é um exemplo de que não basta reclamar, ou pedir a criação de leis. Mais do que isto, a comunidade pode e deve agir de forma consciente e mais, numa ampla mobilização, na certeza de que não adianta criticar a classe política colocando todos eles num mesmo patamar. Ao assumir sua responsabilidade, a comunidade está contribuindo para a elevação do nível e do conceito de uma classe que determina os rumos da sociedade como um todo. O Comitê está instalado na Estação da Cidadania, na Avenida Ana Costa, 340.

Uriel Villas Boas

Coordenador do Fórum da Cidadania

Revés de um parto

"Oh, pedaço de mim! Oh, meta-de arrancada de mim...", diz uma letra da música de Chico Buarque, talvez a que mais me afeta emocio-

nalmente. Seu tema é a saudade...

Saudade que o poeta encontra várias formas de descrever, todas dolorosamente profundas. Saudade de coisas perdidas ou que se deixou de buscar ou acreditar. Saudade do que nos foi tirado inesperadamente, ou que, por mais que nos pensássemos resignados, nada é capaz de consolar. Mas amores perdidos o tempo pode curar! E, hoje, já não são tantos os amores sinceros, que preconceitos e tolas tradições ainda teimem em separar. É quando se encontra um desses amores que a gente entende o real sentido da vida e passa a vivê-la com uma intensidade que exterioriza luminosidade, que gera semente, que às vezes frutifica em mais vida e luz: é quando uma mãe dá à luz, e um pai acalenta ambos. Nesse momento, deixamos de ser apenas andariços, na vida, para sermos guias e, até, caminho para nossos frutos. No ciclo da vida, que é qual uma infundável corrida de revezamento, pais entregam vida aos filhos, e estes aos seus descendentes, num círculo virtuoso, que ninguém jamais sonharia em ver interrompido. Nasceremos, crescemos e tentamos aprender um pouco do mundo, da alma e de seus mistérios, antes que nosso tempo se esvaia e sejamos apenas lembrança, quem sabe saudade. Quando isso é natural, fica mais fácil de entender uma perda. (...) Ser pai foi algo que me tornou um ser humano melhor, apesar de todas as minhas limitações e defeitos renitentes. E a simples sensação de deixar essa condição me aflige de forma visceral. Creio que ninguém jamais estará preparado para isso, e que será precisa força sobre-humana para superar tal perda. Por isso, toda vez que vejo quaisquer pais, famosos ou não, amigos ou não, chorarem seus filhos, isso me afeta e sempre me faz lembrar a música de Chico, que em sua mais aguda e definitiva comparação, resume que: "... a saudade é o revés de um parto. A saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu". Talvez não haja dor maior! Mas, a essa lembrança sempre vem juntar-se outra, a das palavras cantadas de Renato Russo, quando afirma: "É preciso amar as pessoas, como se não houvesse amanhã. Porque se você parar para pensar, na verdade não há!". Quem sabe assim, a saudade talvez seja mais amena, menos dorida, e a vida possa prosseguir, com campos ainda a semear.

Adilson Luiz Gonçalves
Engenheiro

CARTAS

Por questão de espaço, o jornal se coloca no direito de condensar os textos sem alterar o conteúdo. Cartas para a coluna devem conter nome, profissão e nº do RG do (a) autor(a) e devem ser encaminhadas à Av. Pedro Lessa, 1.506 - cjs. 11 a 14 - Aparecida - Santos - CEP 11025-000 ou redacao@boqnews.com. Telefax (13) 3238-3380



PANORAMA REGIONAL

Fernando De Maria

fernando@boqnews.com

Sorrisos de intimidade

"Faz Parte da Nossa Vida", "É da Gente", "Ficha Limpa Hoje e Sempre", "A Novidade", "O Nosso Deputado", "Nosso Voto - Nossa Voz", "Compromisso com o Cidadão", "É do trabalho. É da Gente!", "+ Você". As frases citadas bem que poderiam fazer parte de algum concurso para um programa de TV, mas, na realidade, compõem o cenário diário de cavaletes e placas que imperam neste período eleitoral.

Ao lado de imagens de candidatos sorridentes, as frases tentam mostrar uma intimidade irreal. Afinal, para pedir votos vale tudo: um sorriso, um aperto de mão, um beijo no rosto. Engraçado que tais atitudes não costumam fazer parte dos hábitos de boa parcela dos políticos após eleitos. Deve ser a síndrome da simpatia, que atinge a todos exclusivamente apenas nestes períodos.

Com as limitações nas campanhas impostas pela Justiça Eleitoral, os cavaletes de rua se transformaram na principal ferramenta para divulgação dos

nomes e números dos pretendentes. Com recursos visuais que transformam qualquer imagem onde todos estampam um sorriso à Monalisa, do tipo - por favor, quero seu voto. Os cavaletes são melhores que aquelas faixas que emporcalhavam as ruas e eram colocadas nos postes, em uma poluição visual ainda pior.

Por sua vez, a instalação dos mesmos em vias públicas têm se tornado um abuso por parte de correligionários dos candidatos. Os ventos contribuem para derrubá-los facilmente, especialmente os menores. Alguns caem nas vias públicas atrapalhando o trânsito de veículos. Outros, como no cruzamento da Avenida Bernardino de Campos com a Rua Espírito Santo, no Campo Grande, são colocados junto às esquinas prejudicando a visão dos motoristas e facilitando o risco de acidentes. A falta de bom senso é irritante. Afinal, ao serem colocadas junto aos canteiros centrais estreitos de avenidas, o risco delas serem derrubadas é enorme.

Um fato também chama a atenção: o volume de cavaletes, al-

guns com até 1,80 metros de altura, mostra o poderio econômico de alguns candidatos. Um modelo deste porte custa, em média, entre R\$ 80 e R\$ 100 em razão do volume e do material empregado. Multiplica-se por 500 peças, no mínimo, e chega-se a, pelo menos, R\$ 40/50 mil apenas com este material de campanha.

Por isto, eleitor, não bastam frases de efeito e sorrisos simpáticos. É importante identificar quem são os candidatos sorridentes (alguns nem residem na região, mas estão ávidos em busca de votos dos eleitores daqui), e especialmente a história deles.

A ONG Transparência Brasil (www.transparencia.org.br) reúne informações sobre o histórico dos 2.368 parlamentares em exercício nas 55 principais Casas legislativas brasileiras, nos quais 1.608 serão candidatos nas eleições deste ano. Basta acessar e ver se o(a) sorridente candidato(a) dos cavaletes merece realmente seu voto.

Fernando De Maria é jornalista e professor universitário